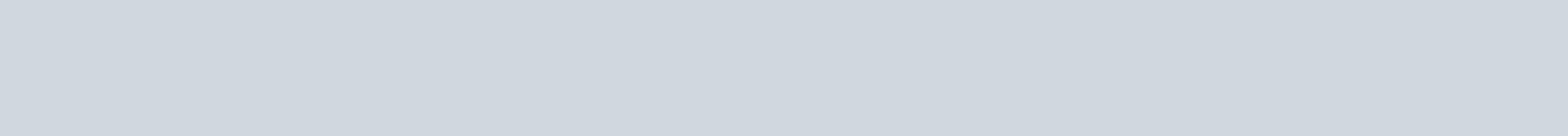


O Monografismo Algarvio - O Pioneirismo de Ataíde Oliveira

Vilhena Mesquita



O Monografismo Algarvio - O Pioneirismo de Ataíde Oliveira

Vilhena Mesquita - Professor da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Texto da Conferência proferida na Biblioteca Municipal de Loulé, a 30/11/2005

A grandiosidade da nossa História, na sua envolvência espaço-temporal, tem sido estudada e analisada de forma macrocéfala, enaltecendo os seus protagonistas, por vezes de forma excessiva, e dando, também não raras vezes, deficiente justificação dos eventos que ergueram a nobre nação lusitana no seio da Europa. Para que não se olvidassem essas modelares referências, escreveram os nossos maiores várias e mui maçadas obras, como se os verdadeiros tratados da História se albergassem nesses velhos e bafientos *Cronicões* medievais, que os pacientes, mas também proficientes, frades conventuais, como os de Lorvão, exararam em grandiosos Tombos de sagrados pergaminhos, resguardados em seculares arcazes e reservados à exclusiva leitura das hierarquias superiores. A escrita da História, nos tempos iniciais da nossa existência como nação livre e independente, era uma actividade restrita aos solitários cronistas que nas suas lúgubres celas conventuais narravam com muito pormenor e alguma fantasia, mas num incipiente brilho literário, os feitos heróicos dos seus primordiais irmãos e nobres cavaleiros espatários, obreiros duma nação pobre mas orgulhosa do seu memorável passado.

Escreveram-se primeiro as *Crónicas* dos nossos reis medievais, depois publicaram-se as compilações de legislação jurídica e, por fim, surgiu a historiografia moderna, com metodologias e critérios mais rigorosos, cada vez mais próximos da imunidade racionalista e do positivismo científico. Às grandes obras da historiografia científica, nascida com Alexandre Herculano, sucederam-se os trabalhos de conjunto sobre a História de Portugal, que à sua volta reuniram um escol de historiadores de insofismável qualidade, de que são exemplo as obras dirigidas por Damião Peres, e mais recentemente, por José Hermano Saraiva, por João Medina ou por José Matoso.

Mas como subsidiárias destas obras de macro-história vemos a cada passo surgirem inúmeros estudos sobre os mais diversos aspectos da micro-história. São os vulgarmente designados estudos monográficos. Na sua esmagadora maioria são procedentes dos institutos científicos de investigação aplicada, e muito especialmente dos areópagos universitários.

1. Em que consiste uma monografia.

Convém, antes de mais, esclarecer o que é, e em que consiste, uma *monografia*. Assim, todo o estudo de investigação, sério e exaustivo, que se debruça sobre um tema específico, quer seja das Ciências Exactas ou das Ciências Sociais e Humanas, como a História, a Geografia, a Sociologia ou até das Belas Artes, deve designar-se por monografia. Decompondo a palavra, vemos que *mono* significa um só ou um único, e *grafia* significa ortografia ou modo de escrever, isto é, a forma como se exprimem as ideias. Obviamente uma monografia deve ser um trabalho cientificamente conduzido, pormenorizado e profundo nas suas observações e nas suas refutações críticas, das quais se devem extrair conclusões seguras e inabaláveis. Uma monografia é sempre a última palavra do conhecimento científico, até que outra venha a público complementá-la ou contradizê-la, num processo natural de avanço e de progresso do conhecimento científico.

Na verdade, as monografias mais credíveis e conceituadas são as dissertações académicas provenientes da investigação universitária, não só por serem de carácter estruturalizante, como principalmente por serem objecto de verificação científica de um colégio de especialistas. Porém, outras existem como fruto do aturado esforço de investigadores creditados

com formação académica, de que tem resultado brilhantes trabalhos sobre História Regional e Local.

Todavia, a maior parte surge a público provenientes da laboração generosa e até esforçada, mas parcamente científica, de meros curiosos e simples amadores da História, que não sendo historiadores nem dominando as mais actualizadas técnicas de investigação se avalizam para dar à estampa certos trabalhos, que repito, na sua maioria são de duvidosa credibilidade historiográfica. Certamente por isso é que se ouve dizer que, no âmbito da História, nunca se publicou tanto como na actualidade. No início deste novo milénio, o conhecimento histórico e o desvelar dos mistérios que envolvem o passado da civilização humana, trouxe ao de cima a curiosidade e a avidez de desvendar os enigmas da matemática e da alquimia, assim como o interesse de desconstruir as misteriosas conspirações políticas sobre as quais se embasaram os poderes e se consolidaram os impérios. Essa curiosidade pela mística da História tem sido, na actualidade, o alvo preferencial da ficção literária, que tem adoptado a Mitologia Clássica e a História Medieval como temas de inspiração para os livros de maior aceitação junto do público mais jovem.

2. História e Identidade Cultural.

Só os povos com história merecem ser lembrados. Mas nem todos terão razões de carácter civilizacional ou de necessidade cultural para merecerem ser lembrados. Contudo, mesmo os povos mais humildes e menos poderosos deixaram a sua herança, influenciando as gerações vindouras à medida das suas proporções culturais. A História nasceu dessa necessidade de conhecer as raízes e de preservar os padrões culturais daqueles que nos precederam. Depressa se tornou evidente que a História era uma espécie de cimento aglutinador dos povos. E enquanto conhecimento criterioso do passado tornou-se reveladora das virtudes e fraquezas das gerações antecedentes. Transformou-se, assim, numa referência, numa âncora e num espelho, onde se devem procurar os exemplos de modelar conduta social, os factos e as atitudes de heroísmo, de generosidade e de altruísmo, daqueles

que nos proporcionaram o orgulho de existirmos livres e independentes.

Todavia quando se instalou definitivamente o Liberalismo no continente europeu e os regimes políticos derivaram para sistemas de coalizão demo-capitalista, o poder administrativo procurou conhecer mais detalhadamente as naturais potencialidades socioeconómicas das regiões em que se repartia o território nacional. Surgiram assim vários trabalhos de características polimórficas, usando metodologias de análise algo incipientes, procurando através da mera satisfação da curiosidade científica, encontrar explicações sobre as origens etno-socioeconómicas de determinadas vilas e cidades.

Essa curiosidade partiu, na maioria dos casos, do esforço de certos investigadores locais, que deram à estampa as então designadas Monografias locais, que, em boa verdade, mais não eram do que simples estudos, relativamente desenvolvidos, sobre a história e a cultura etnográfica dessas localidades. É bem certo também, que muitas dessas Monografias foram suscitadas pelo espírito Regionalista da época, de forma a transmitirem às gerações vindouras os verdadeiros paradigmas do seu passado histórico, agudizando-se a sua veemência localista quando diziam respeito às cidades e vilas pouco conhecidas e quase ignoradas nas províncias do interior transmontano, beirão, alentejano e algarvio.

Nas últimas décadas do séc. XIX assistiu-se ao crescimento do nosso intrínseco e tão natural fervor nacionalista, que teve a sua mais elevada expressão na literatura, sobretudo no período sociocultural designado por Romantismo. A necessidade de revelar e de propagandear os nossos heróis, de exacerbar as nossas qualidades e de potencializar as nossas riquezas naturais, deu origem a uma onda de quantificação dos mais variados índices, desde o registo da população, através de novos e modernos censos, até aos inquéritos industriais, procurando saber, cada vez com mais exactidão e profundidade, quantos éramos e como vivíamos. A partir de então surgiu a ideia de saber, e mormente de divulgar, quais eram as tradições nacionais, as características fundamentais da nossa cultura, das nossas manifestações artísticas e sobretudo das nossas

actividades económicas. Com esta curiosidade e com esta necessidade de reavaliação dos valores pátrios, beneficiou grandemente o Estado, que, através da reorganização dos seus meios de investigação e de avaliação estatística, conseguiu apurar quais eram e onde paravam as riquezas naturais e os seus melhores recursos humanos. Essa febre de quantificação nacional deu origem ao desenvolvimento de inquéritos nacionais ligados aos sectores estruturais da economia. Houve então investigadores que transpuseram essa ideia de se conhecer melhor e mais de perto a realidade nacional, para uma dimensão mais concreta, fazendo de cada vila e cidade um relatório sobre as suas potencialidades agrícolas e industriais, a que se juntou a curiosidade de se apurarem as suas origens históricas, as suas manifestações artísticas e culturais, assim como todas as informações que pudessem esclarecer a relação do presente com o passado.

Foi deste modo que surgiram as primeiras Monografias sobre as vilas e cidades do nosso país, quase sempre fruto da curiosidade científica, mas também por vezes do amor localista dos seus autores. O figurino geral destas obras variava muito, mas em geral a sua tendência orientava-se para o enaltecimento das riquezas naturais, a ancestralidade histórica e as qualidades da terra e do seu povo. Depressa se transformaram numa espécie de novas cartas de foral do nosso velho municipalismo, pois que sendo essas Monografias distribuídas pelo país poderiam dar a conhecer as tradições e valores de muitos concelhos esquecidos no mapa nacional.

3. O espírito regionalista na origem do Monografismo.

Muitos foram os exemplos espalhados por esse país fora, com especial incidência nas regiões estremadas e insulares, onde o regionalismo florescia e se desenvolvia com maior acintosidade, por vezes até com laivos de certo separatismo. A ideia de monografar vários concelhos de uma região, como foi o caso no Algarve de Francisco Xavier de Ataíde Oliveira, ou de construir um complexo histórico-geográfico, como foi o caso do Abade de Baçal para Trás-os-Montes, parecia indicar, nos extremos do continente, a emergência de um

espírito autonomista, de forma a obstar ao ostracismo a que o centro (Lisboa) costumava votar a periferia (províncias).

A publicação de monografias sobre diversos concelhos do país ocorreu sobretudo no início do século XX, quando António Alfredo Barjona de Freitas, a instâncias do governo, elaborou um plano para a composição de "Monografias dos Concelhos Portugueses", o qual foi oficialmente aprovado pelo decreto de 17-7-1909. Quando se implantou a República o plano monográfico de Barjona de Freitas foi posto de lado, mas o novo regime não desincentivou a publicação de Monografias locais, pois tudo levava a crer que estaria nos seus propósitos levar avante a regionalização administrativa do território nacional. O projecto de autonomização regional apenas foi aplicado nas ilhas, perdendo-se depois a oportunidade de responsabilizar as regiões e os seus habitantes pelas opções de desenvolvimento mais adequadas às suas necessidades. Os estudos regionais e as monografias concelhias, constituíam uma espécie de diagnóstico do estado de desenvolvimento socioeconómico do país. Previa-se com o incremento da ciência estatística, e sobretudo com o auxílio das instituições públicas, que se pudesse assistir a uma onda monografista, que tornasse públicas e manifestas as potencialidades locais e regionais.

Mas a crise económica e a conflituosidade partidária surgida após a I Guerra Mundial, ditaram o estertor da democracia republicana e facilitaram o advento da ditadura. Com a ascensão ao poder de Oliveira Salazar tudo mudaria. Esbateu-se, lenta mas progressivamente, o orgulho localista e o fervor regionalista. Reinstalou-se o espírito nacional, centralista e autoritário, sob a égide de um sistema corporativista inspirado no fascismo italiano. O direito de expressão, o livre pensamento e o contraditório opinativo, foi coarctado pela Censura, que nos jornais e na edição livreira impedia a formação de autonomias de qualquer espécie, quer fossem culturais, geográficas ou políticas. O governo optou por uma política de controlo das vontades e das aspirações individuais, sujeita a modelos colectivistas de unificação nacional, acima de qualquer suspeita, como era o caso da semiológica trilogia "Deus-Pátria-Família". O culto do

Chefe, mais propriamente da personalidade de Salazar, como protector e salvador da Pátria, humilde servidor da causa pública, homem honesto e incansável trabalhador, governante desinteressado e anti-político, contrapunha-se à imagem dos governantes republicanos: corruptos, incompetentes e partidaristas. O regime corporativista, autocrático e fascista, eufemisticamente designado por “Estado Novo”, açaimou o regionalismo, como espírito de identificação local, e impediu que se desenvolvesse o monografismo, só muito esporadicamente contrariado nos breves estudos que sob a capa do folclorismo nacional e ultramarino beneficiavam do apoio do SNP – Secretariado Nacional de Propaganda (a partir de 1944 passou a designar-se por SNI – Serviço Nacional de Informação), dirigido, até 1950, pelo benemérito António Ferro. A figura política de António Ferro está hoje muito esbatida e quase ignorada; mas não posso deixar de o considerar como um verdadeiro benemérito, devido ao facto de não só ter arranjado trabalho para a maioria dos intelectuais adversários da ditadura, como ainda de os ter protegido, em momentos cruciais, das perscrutações policiais e perseguições políticas em que normalmente se viam envolvidos.

Felizmente no último cartel deste século, com a reposição da liberdade e da democracia, assistiu-se ao retomar dos projectos autonomistas para as ilhas e ao recrudescimento dos regionalismos tradicionais. Por influência de alguns países europeus, principalmente da França e da Espanha, assistiu-se na década de noventa à formação de um novo espírito político com base na solidariedade do centro para a periferia. Surgiu assim uma nova política administrativa do Estado a que vulgarmente chamamos “regionalização”. E com esse espírito de renovação das potencialidades locais e regionais se assistiu nas universidades e nas instituições públicas à implementação dos estudos económico-geográficos e histórico-culturais, que vulgarmente se designam por estudos monográficos. No seu conjunto fazem um “puzzle” da situação real do país. Para isso basta apenas que o Estado se interesse pela reunião e correcto enquadramento de todas as peças monográficas que constituem o quadro da situação de desenvolvimento nacional.

4. A etnografia na génese do monografismo algarvio.

O Algarve foi um caso paradigmático, pois que estando tão distante dos centros de decisão política e económica conseguiu através do esforço de Francisco Xavier de Ataíde Oliveira dar a conhecer algumas das suas vilas mais importantes, como Loulé ou Olhão, e sobretudo muitas das suas aldeias mais ignoradas, como Estombar, Alvor, Estoi, Porches ou Paderne.

Na verdade, se há figuras que marcaram indelevelmente a cultura algarvia uma delas terá sido o Rev. Dr. Francisco Xavier de Ataíde Oliveira, cujas Monografias são, ainda hoje, obras de referência incontornável. Queiramos ou não, o nome de Ataíde Oliveira permanecerá eternamente ligado à sua faceta de monografista, que não sendo talvez a mais interessante foi, certamente, a mais útil. E tanto a faceta como a utilidade permanecem ainda hoje quase imaculadas.

Não obstante, quer-me parecer que se tem passado à margem daquela que foi a sua imagem primordial e à qual devotou certamente o melhor do seu esforço. Refiro-me ao seu profícuo labor de incansável compilador da literatura oral algarvia, que nos finais do século passado dava os primeiros passos como ciência autónoma sob a designação de Folclore, uma adaptação vocabular do epíteto anglo-saxónico, que os povos latinos consagrariam sob a denominação de Etnografia. No fundo, o que se pretendia era observar, registar e analisar as tradições, costumes e comportamentos das camadas populares não afectadas pelo cosmopolitismo urbano, nas quais ainda se conservassem elementos culturais que condicionassem as suas atitudes sociais. Para isso havia que tomar em forte consideração os vectores inibitórios, como o ambiente natural e o passado histórico, que marcaram a cultura espiritual e material entre as sociedades rurais, piscatórias e pastoris. Era isso que os nossos primeiros etnógrafos pretendiam alcançar com as suas investigações desenvolvidas no seio das próprias comunidades disseminadas pelas terras altas do Minho, Trás-os-Montes e Beiras.

Não tendo sido propriamente um estudioso da cultura popular para merecer o título de etnólogo, Ataíde Oliveira foi, com toda a justiça e merecimento, um dedicado colecionador das crenças, lendas e superstições das gentes algarvias, cujo passado histórico dividido entre dois mundos e dois credos – árabe e cristão – deixara profundos sulcos no imaginário algarvio. Nesse aspecto a sua formação presbiteral e a sua passagem pela Universidade de Coimbra devem ter contribuído decisivamente para espicaçar a sua curiosidade pelo estudo da literatura oral, dos regionalismos linguísticos e das culturas autóctones.

Era, aliás, essa a mensagem divulgada pelo escol de intelectuais que pontificava em Coimbra nas páginas da revista *O Instituto* e em Lisboa no *Archeologo Português* ou na *Revista Lusitana*. Figuras como Teófilo Braga, José Leite de Vasconcelos, Adolfo Coelho, Martins Sarmiento e Jorge Dias, lideravam os estudos etnográficos em Portugal, dando à estampa importantes trabalhos que ainda hoje são obras de imprescindível referência. E os dois primeiros, quiçá verdadeiros sábios no dealbar do século XX, foram amigos pessoais de Ataíde Oliveira, que certamente o influenciaram no sentido da recolha das tradições orais algarvias. Em todo o caso, faltava-lhe preparação científica e conhecimento interdisciplinar para enveredar por caminhos mais exigentes e especializados como a dialectologia, a etnomusicologia, a ergologia ou a etnossociologia. Dada a sua formação religiosa sentiu-se atraído pela etnopsicologia, passando a recolher as crenças populares, as lendas, as superstições, os contos mágicos ou encantamentos, de que o Algarve é fértil, mercê do seu passado histórico estabelecido como uma espécie de ponte entre dois credos e duas culturas que se opuseram e hostilizaram.

A maior parte do lendário algarvio tem as suas origens nas terras de maior fulgor socioeconómico, correspondendo às antigas cidades árabes do tempo dos califados, que por volta da primeira metade do séc. XIII estavam já em franca decadência. Mas foi no interior, entre as populações rurais, mais isoladas e menos instruídas, que se conservaram os contos populares sobre tesouros escondidos e túneis que atravessavam montanhas para desembocar em palácios de ouro e cristal, guardados

por gigantes adormecidos e dragões flamejantes. E as fontes, de onde brotava a vida emanante das cristalinas águas, escondiam quase todas, nas profundezas das suas nascentes, belas mouras encantadas que o povo temia e respeitava numa simbiose de medo e atracção.

5. Breve esboço biográfico de Ataíde Oliveira.

Talvez porque Ataíde Oliveira tenha feito do concelho de Loulé uma espécie de fulcro do imaginário algarvio se suponha, ainda hoje, que era dali natural. Mas o certo é que nasceu na freguesia do Algoz, a 2-10-1843, no seio de uma família de pequenos proprietários agrícolas, cujo património estava avaliado na Fazenda Pública em 25\$000 réis, o que não sendo pouco significativo estava, como de costume, muito aquém do seu valor real. A mãe, Francisca Xavier de Ataíde, natural da freguesia do Algoz, era neta materna do capitão João Xavier de Ataíde, abastado proprietário e figura muito prestigiada no meio castrense.

A mãe de Ataíde Oliveira foi uma mulher de grande abnegação que divisava largos horizontes. Possuidora de forte personalidade, desempenhou grande ascendente sobre os seus dois filhos, Francisco e João, mandando-os educar para o Liceu de Faro. Em 28-9-1861, com dezoito anos, Francisco Xavier decide-se pela vida eclesiástica, fazendo a vontade ao pai que era sacristão no Algoz, enquanto o irmão seguia a vida militar. Concluiu em 1866, no Seminário de S. José, em Faro, o curso religioso, passando, no ano seguinte, a Diácono. Mas como o Direito Canónico só lhe permitia receber a Ordem de Presbítero aos 25 anos foi estudar para Coimbra, ficando internado no Colégio de S. Bento, onde fez os preparatórios para ingressar na Universidade. Curiosamente foi nesse Colégio que conheceu e acamaradou com Bernardino Machado, então ainda de convicções monárquicas, que com o decorrer dos anos viria a tornar-se republicano e seria, inclusivamente, por duas vezes eleito Presidente da República.

Em Dezembro de 1868, o Bispo de Faro, D. Inácio do Nascimento Morais Cardoso, concedeu-lhe os votos

sagrados de presbítero, o que lhe permitiu, entre 1871 e 1875, desempenhar as funções de Capelão da Real Capela da Universidade de Coimbra, granjeando assim o sustento com que custeou as suas duas licenciaturas: em Direito, concluída em 11-6-1874; e em Teologia, terminada em 8-6-1875.

Por alturas do seu primeiro internamento no Colégio de S. Bento, pôde Ataíde Oliveira assistir às últimas repercussões político-literárias da célebre “Questão Coimbrã”, também conhecida como a polémica do “Bom Senso e Bom Gosto”, na qual intervieram, pelo lado progressista, os ainda jovens Teófilo Braga, Antero de Quental e Ramalho Ortigão, opondo-se-lhes pelo prisma conservador os consagrados escritores António Feliciano de Castilho, Camilo Castelo Branco e Manuel Pinheiro Chagas. Assistiu, portanto, ao fim do Romantismo, que teve em Almeida Garrett e em Alexandre Herculano os seus precursores, e comungou das ideias do Realismo para a Literatura e do Positivismo para as Ciências Sociais. Digamos que Ataíde Oliveira soube enquadrar-se no seu tempo, compreendendo os ventos de mudança, ainda que a sua formação religiosa o impedisse de ir mais longe e até de terçar opiniões apologéticas das novas correntes literárias e artísticas.

Importa, também, realçar que nessa sua passagem pela Universidade de Coimbra, o então jovem presbítero Ataíde Oliveira conviveu com os mais lídimos próceres da “Geração de 70” muitos dos quais tornar-se-iam figuras proeminentes na vida política, subscrevendo alguns deles em letras de ouro a inscrição das suas obras nos anais da literatura nacional. No caso de Teófilo Braga, digamos que as relações de amizade entre ambos mantiveram-se até ao derradeiro momento, reconhecendo-se as influências e até o público aconselhamento de Teófilo para a recolha do romanceiro e do legendário algarvio.

O facto de Ataíde Oliveira ter realizado em Coimbra dois cursos superiores fazia dele um homem singular e talentoso. Por outro lado, ficava preparado para encarar a vida por dois prismas diferentes: o laico e o religioso. Não sei se por causa dessa dupla perspectiva de vida ou se por falta de vocação, tenha resultado o

seu afastamento duma fulgurante carreira eclesiástica, que mercê das suas qualidades intelectuais e esmerada qualificação académica podia, com o evoluir do tempo, tê-lo levado a cingir a mitra bispal.

A verdade é que Ataíde Oliveira não escondia as suas inclinações políticas a ponto de ser pública a sua filiação no Partido Regenerador, então, e durante quase todo o século XIX, o partido mais forte na vida política portuguesa. Isso fê-lo conviver com as mais gradas figuras da intelectualidade conimbricense, que lhe emprestaram uma certa patine modernista, para não falar já nas influências deixadas pelo jacobinismo republicano que fervilhava nos clubes políticos e nas veladas lojas maçónicas. Talvez por ser um homem dividido entre dois mundos é que nunca usou a batina sacerdotal, trajando à “civil”, mas de forma sóbria sem exuberâncias nem espalhafatos da moda. Mas, com o decorrer do tempo, as suas botas de fina peliça, o fato de talhe inglês, o relógio de bolso, a bengala de castão de prata e o chapéu de copo, não o deixavam passar discretamente entre os burgueses que mais assiduamente frequentavam o Teatro Louletano, a Sociedade Recreativa Comercial e o Clube Louletano.

Muito mais se notava a sua distinta presença entre o povo, inocente, humilde e pobre, que aos domingos frequentava o Mercado Municipal. Foi desse convívio semanal com o povo simples, oriundo das aldeias e concelhos limítrofes, que resultou frutífera a recolha da literatura oral e popular com que Ataíde Oliveira constituiu o cerne das suas principais obras de cariz psico-etnográfico, nomeadamente o *Romanceiro e Cancioneiro do Algarve*, os *Contos Tradicionais do Algarve* e *As Mouras Encantadas e os Encantamentos do Algarve*. Por cada “estória” que os montanheiros lhe contassem pagava um “pataco”, e quando fosse uma coisa inédita e de muito “cherume” então recompensava com uma moeda de prata de dois tostões ou até mesmo uma coroa, quando se tratasse de um “rimance”.

Logicamente, a sua aparência não passava incólume às críticas da sociedade. Com efeito, essa estranha forma de ser e de estar nunca agradou aos seus congéneres mais conservadores, nem foi bem aceite pelos seus superiores hierárquicos. Além disso, adquirira hábitos

pouco frugais para um padre, gastando bom dinheiro em charutos e em atavios que se faziam desnecessários à sua condição religiosa.

Quando Ataíde Oliveira decidiu regressar ao Algarve, nos finais de 1875, escolheu a vila de Loulé para residir. À primeira vista parece estranha esta opção, mas explica-se pelo facto de em Coimbra ter privado com Marçal Pacheco, que nesse ano deixava a presidência do município louletano para rumar à capital, a fim de tomar assento no Parlamento – onde, aliás, haveria de se fazer notar pelos seus dotes de oratória – convencendo-o a ficar com a sua banca de advogado em Loulé. Foi por essa razão que se desviou momentaneamente do caminho da igreja e adquiriu um estatuto social cada vez mais laico, sem esquecer o prestígio e a preponderância que foi adquirindo na sociedade louletana. Em todo o caso, a sua indecisão de vida fazia dele um “padre notário” ou um “advogado sacerdote”. Dispôs-se então a regressar às origens e a depor os códigos jurídicos para demonstrar que acima de tudo era um súbdito da Igreja, destinado a servir os seus superiores ideais. Mas uma insólita actuação das autoridades religiosas marcá-lo-ia para toda a vida com o ferrete da preterência.

Com efeito, pediu colocação em todas as paróquias disponíveis no Algarve e concorreu a todas com a maior humildade e submissão. Mas em todas foi preterido. Não havia memória de caso semelhante. Isto é, o padre, e não mais o jurisconsulto, quis voltar para o rebanho, quiçá arrependido e desejoso de expiar as faltas que lhe eram imputadas, mas foi rejeitado como incapaz, senão mesmo como indesejável. A atitude ostracizante do presbitério algarvio foi, obviamente, muito desagradável. Mas justificava-se no quadro mental da época, pois certamente devem ter concluído que escasseava a vocação religiosa ao padre Francisco Xavier de Ataíde Oliveira. A partir dessa altura, regressou ao foro como opção definitiva para uma vida que não parecia destinada à cura das almas. Não obstante, é bem certo que nunca se afastou da fé nem dos procedimentos mínimos sacerdotais. Apenas passou a ser o tal “padre à civil” com que o mimoseavam as línguas viperinas da maledicência social.

No seu aspecto físico era aprimorado no traje, meão de altura, um pouco atarracado e de ventre dilatado, apoiando-se numa bengala de castão de prata, num indisfarçável snobismo britânico. Possuía da sua origem rural uma tez trigueira, num escanhado rosto redondo encimado por uma farta e rebelde cabeleira branca, espreitando sob um chapéu de coco de tipo inglês, que lhe dava o semblante de um arruinado lorde, retornado das colónias indianas. Fumava charuto, genuínos havanos comprados na tabacaria do espanhol Manuel Rodriguez Correa ou no botequim de Alvarez Romero. No seu passo lento mas firme, percorria os centros de cavaqueira, onde se criticavam os costumes modernos e se divulgavam as últimas intrigas políticas estampadas nos jornais locais, nomeadamente no regenerador «Algarvio», dirigido pelo próprio Ataíde Oliveira, ou no seu opositor progressista «O Louletano», fundado pelo Dr. Jacinto Parreira Lança. O inofensivo «Pregoeiro», do tipógrafo Escalço Vieira, não arranhava as sensibilidades políticas de ninguém. Mas o mesmo já não se podia dizer das “Folhas franquistas”, nomeadamente da «Folha do Sul», dirigida pelo Dr. Manuel Mexia de Matos, e da sua sucessora «Folha de Loulé», propriedade de José Elias de Sousa. Todavia, as mais acutilantes malsinações, os mexericos partidários e os boatos políticos tricotavam-se nas redacções do republicano «Povo Algarvio», dirigido pelo anticlerical Francisco Paula Madeira, que nas suas colunas não se eximiu de atacar o próprio Ataíde Oliveira, tendo, porém, como alvo preferencial e inconciliável inimigo o padre Manuel Bazilio Correia, director do «Notícias de Loulé», órgão monárquico e fanaticamente católico. Na antecâmara da implantação da República estes dois jornais digladiavam-se ferozmente, com insultos e acusações soezes da mais baixa vilania, a tal ponto que os seus directores tendo-se encontrado na praça pública desataram aos socos e pontapés como dois rufiões, não terminando a zaragata numa tragédia porque alguém conseguiu suster o braço do republicano Paulo Madeira quando este puxou do revólver e se preparava para desfechar sobre o seu opositor político.

Para além das controversas redacções dos jornais locais, onde fervilhavam as paixões políticas, eram as farmácias os principais locais de reunião das elites

sociais, autênticos centros de amena cavaqueira que Ataíde Oliveira costumava frequentar com relativa assiduidade. Pelas farmácias de Arthur Baptista Sequeira e de Manuel dos Santos Pinheiro se costumavam dispersar os mais conservadores, mas havia também quem preferisse a farmácia de Joaquim Aniceto Faria d’Aboim ou então a popular Farmácia Santos, propriedade de Alexandre João do Nascimento Santos, muito procurada pelos montanheiros em dias de mercado.

Nos bancos corridos à entrada das farmácias sentavam-se pelo fim da tarde os mais ilustres cidadãos da terra, distribuindo-se em grupos conforme as suas afinidades políticas. As farmácias eram centros de convívio e de divulgação das mais recentes novidades literárias, musicais, artísticas e científicas; mas também da bisbilhote social e muito especialmente da intriga política, como não podia deixar de ser, porque em Loulé – dizia o grande Geraldino de Brites – até as pedras ressumavam o veneno das diatribes político-partidárias em que se engalinhavam as forças locais. Mas não era só das insídias políticas que ali se falava; também se revelavam os insucessos comerciais, as carências financeiras dos industriais, as desgraças surgidas ao jogo nos casinos das Sociedades Recreativas locais, ou os amores clandestinos das figuras mais proeminentes do burgo, em cujos boatos da má-língua também figurava o próprio reverendo Dr. Ataíde Oliveira.

Nos intervalos dos seus afazeres gostava de percorrer a rua das lojas, demorando-se à conversa com os lojistas espanhóis de fazendas, veludos e sedas caras, os quais eram, na transição dos séculos XIX para XX, os mais reputados, endinheirados e ilustrados comerciantes de Loulé.

Jurisconsulto a tempo inteiro, tornara-se desde 1885 no Conservador efectivo do Registo Predial de Loulé, no qual fora provido no último dia desse ano, embora já desde 1882 se encontrasse a desempenhar as funções de Conservador Adjunto. Os benefícios do cargo eram significativos, pois que os afazeres burocráticos eram poucos e o vencimento mensal estava assegurado. Possuía, a partir de então, grande disponibilidade de

tempo, que ocupava ouvindo as histórias contadas pelos anciãos que das brenhas da serra desciam à sede do concelho para venderem os magros frutos do seu trabalho. Decidiu-se então a recolher e transcrever muitas das fábulas, lendas e tradições populares, canções e contos, crenças, ladainhas, rezas, encantamentos, mezinhas e toda a parafernália de ditos, rifões, pragas e maldições que compunham o imbricado universo do imaginário algarvio.



Lateralmente procurava recolher nos arquivos da Conservatória, do tribunal e da autarquia as informações históricas para as Monografias que trazia em preparação, enquanto indagava sobre a existência de testemunhos arqueológicos que atestassem a ancestralidade do território e a sua ocupação por povos de primordial anterioridade, que lhe permitissem refutar a ideia da precedência árabe com que o povo definia a lonjura dos tempos. Foram-lhe chegando à posse vários artefactos em pedra como bifaces, machados, pontas de flecha, pedaços de cerâmica, restos de mosaicos, numismas de várias épocas e culturas, enfim um vastíssimo espólio que foi coligindo ao longo de muitos anos e do qual se perdeu inteiramente o rasto. Sabe-se apenas que ofereceu algumas dessas peças ao Museu de Etnografia que José Leite de Vasconcelos estava a organizar, facto esse que lhe mereceu daquele sábio o honroso epíteto de “benemérito”.

6. A faceta de jornalista em Ataíde Oliveira.

Todos os escritores do passado revelaram primeiramente o seu talento nas colunas dos jornais. Poderia haver uma ou outra excepção de precocidade literária, mas em geral era assim que acontecia. Os jornais serviam de balão de ensaio ou de balanço prévio para se poder aquilatar o verdadeiro talento de um plumitivo. Acontecia até que os jornalistas profissionais com maior talento literário acabavam por se transformar em escritores de renome nacional, como foi o caso de Camilo Castelo Branco, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins, Manuel Pinheiro Chagas, Fialho de Almeida, Brito Camacho, Raul Brandão ou mais recentemente Albino Forjaz de Sampaio, Júlio Dantas, Aquilino Ribeiro, Mário Zambujal, José Saramago, Miguel de Sousa Tavares etc, etc... Tomando como exemplo os jornalistas algarvios citaremos os casos de João de Deus, Bernardo de Passos, e João Lúcio, que antes de serem poetas consagrados foram primeiro redactores e directores de órgãos locais. Mais prementes são, porém, os exemplos de Julião Quintinha, Maurício Monteiro, José Dias Sancho, Marcos Algarve, Mário Lyster Franco, Antero Nobre, José Barão, César dos Santos, António Vicente Campinas, Alberto Uva, e mais recentemente José António Pinheiro e Rosa, Libertário Viegas, Arnaldo Casimiro Anica, Arménio Aleluia Martins, etc., etc...

Muitas das lendas e contos populares que Ataíde Oliveira recolheu paulatinamente ao longo dos anos, tanto em Loulé como em diversas localidades algarvias, deu-as primeiramente a público nos jornais regionais. Só depois de constatar que as gentes da progressiva vila de Loulé careciam de um arauto público para se fazerem ouvir, tanto na região como nas instâncias centrais dos poderes políticos, é que se resolveu a fundar, juntamente com Joaquim António Teixeira, em 31-3-1889, o semanário «O Algarvio», com o qual teria a honra de inaugurar a imprensa louletana. Esse órgão, que defendia e propagandeava as ideias políticas do Partido Regenerador, deve ter-se extinguido em 1893, mas Ataíde Oliveira já havia abandonado tempos antes o elenco directivo. Em todo o caso, nele manteve a secção «Curiosidades Antigas e Modernas» onde deu a conhecer muitas informações históricas sobre Almancil,

Lagos, Portimão e Lagoa, muitas das quais, por não constarem nas suas monografias, mereciam ser recolhidas em livro.

Descomprometido das obrigações de director de «O Algarvio», decide pôr em prática os conselhos que recebera de Teófilo Braga, no sentido de editar os contos populares, que recolhera da voz do povo, alguns dos quais até publicara em folhetim, tanto no seu jornal como noutros órgãos da província. Há, porém, algumas “estórias” de cariz popular, que nunca chegou a reunir em livro, embora as folhetinasse nos jornais. Como exemplo citamos o caso do jornal «A Província do Algarve», fundado em Tavira, a 3-10-1908, pelo Dr. Silvestre Falcão, um dos expoentes máximos do republicanismo algarvio, em cujo semanário Ataíde Oliveira publicou na secção “Folhetim”, inserido no rodapé da 3.ª página, vários artigos sobre genealogia nobiliárquica algarvia (famílias dos Francas, dos André Dias, etc). Na mesma secção publicou também dois trabalhos de notável interesse que merecem ser aqui citados: “Os Ribadineiras – Fundação do Senhoria d’Alte – História e Lenda”, iniciado no n.º 272, de 15-2-1914, e concluído no n.º 285, de 7-6-1914; “Marim – História e Lenda” iniciado no n.º 300 de 20-9-1914 e concluído no n.º 303 de 11-10-1914.

Cerca de um mês antes, havia publicado no «Correio do Algarve», fundado em Lagos, a 3-9-1908, pelo padre João Henrique dos Santos, alguns artigos de interesse e relevância histórica, que merecem ser aqui citados; assim, a partir do n.º 3, de 17-9-1908, começou a publicar um trabalho intitulado “Lacobriga, Lacobrica ou Lagos” que concluiu no n.º 17 de 18-2-1909; no n.º 9, de 29-10-1908 iniciou a publicação de “O Falso D. Sebastião” que concluiu no n.º 14 de 7-1-1909; no n.º 21, de 15-4-1909 publicou “Os Desgostos de João de Deus”, e no n.º 40, de 1-2-1910 publicou um desenvolvido artigo sobre o regicídio, intitulado “Aniversário Fúnebre”.

Mas essa ideia de folhetinar a História local já havia surgido no espírito de Ataíde Oliveira alguns anos antes, precisamente quando fundara «O Algarvio», o primeiro órgão de comunicação social a ver a luz

da estampa na vila de Loulé. De uma forma ligeira e pouco recomendável foi dando a público muitas das informações históricas que, por sugestão alheia, decidiu depois emendar, refundir e coligir em livro, sob a designação de *Monografia de Loulé*.

Cabe aqui abrir um breve parêntesis, para acrescentar que a ideia de escrever a História como uma narrativa mais ou menos literária, como se de um "folhetim" se tratasse, já havia sido insistentemente denunciada e condenada por Alexandre Herculano e pela escola positivista que se lhe seguiu. Porém, continuava a frutificar por falta de preparação científica dos curiosos, que como Ataíde Oliveira, se abalanchavam na ousada determinação de se quererem transformar em historiadores, sem que para o efeito possuíssem os conhecimentos científicos ou os requisitos técnicos da heurística e da hermenêutica, para procederem a investigações persistentes e exaustivas nos arquivos ou nas fontes mais apropriadas.

A colaboração de Ataíde Oliveira, em forma de "folhetim", prosseguiria depois no semanário «O Algarve», fundado em Vila Real de St.º António, a 6-1-1901, por Joaquim António Socorro, no qual iniciou a pré-publicação da futura monografia da vila pombalina, editada sete anos depois. Também colaborou, mas com artigos de apologia política e de defesa dos interesses religiosos locais, nomeadamente da "Mãe Soberana", no semanário monárquico «Notícias de Loulé, fundado em 30-5-1909 pelo controverso padre Manuel Bazilio Correia, de cujas diatribes partidárias já falamos anteriormente. Em «O Provinciano», fundado em Olhão, a 27-6-1909, por Jayme Quirino Chaves, publicou algumas "curiosidades históricas" que repisavam o que já havia publicado na sua monografia sobre aquela vila piscatória.

Prosseguiu depois, mas de forma mais séria e menos folheteira, no semanário «O Primeiro de Maio», fundado em Loulé, a 1-5-1913 por Anastácio Guerreiro Dourado, instituidor de um jornalismo austero, empenhado, circunspecto, isento e apartidário, que posteriormente serviria de exemplo a outros órgãos locais.

Para concluir esta breve relação sobre a faceta jornalística em Ataíde Oliveira, importa acrescentar ainda a sua colaboração nos semanários farenses. Assim, temos por ordem cronológica, de começar por «O Districto de Faro», fundado a 6-4-1876 por António Bernardo da Cruz e Manuel dos Santos Fonseca, onde Ataíde escreveu sobretudo sobre assuntos históricos na secção de "Curiosidades"; em «O Algarve e Alemtejo», fundado em Faro, a 7-7-1895, pelo Conde do Cabo de St.ª Maria, inseriu breves artigos nas secções "Archeologia" e "Assumptos Historicos do Algarve"; colaborou também no opúsculo editado em 8-3-1895 pelos alunos do Liceu de Faro, intitulado «Homenagem da Academia Farenses a João de Deus»; no «Almanach do Algarve para 1904» dirigido por Marcos Algarve, pseudónimo de Francisco Marques da Luz; no semanário académico «A Mocidade», fundado em 26-10-1911 por Jayme da Graça Mira, Matheus Martins Moreno e José Guerreiro Murta.

Como se vê, Ataíde Oliveira colaborou em vários jornais do Algarve, desde Lagos até Vila Real de St.º António, granjeando entre a última década do século XIX e a primeira da centúria seguinte um enorme prestígio como jornalista e investigador, ao qual acresceria a notoriedade de escritor e monografista da história regional. Em todo o caso, importa dizer que além de publicista emérito, plúmbeo de apurado estilo e fina ténpera literária, foi sobretudo um compilador do espírito e da alma algarvia nas suas mais diversas vertentes etnográficas. Coube-lhe a perseverante tarefa de reunir e de divulgar em livro as tradições populares, as lendas, as expressões e os sentimentos das gentes algarvias, nas suas mais genuínas manifestações de credulidade religiosa, de inocência e de temeridade, que hoje nos fazem sorrir ou suspirar de saudade, pelo tempo a que já não podemos regressar, mas cuja riqueza patrimonial herdamos minimamente preservada nos seus livros. É nesse aspecto, de recolha e preservação da cultura popular e da literatura oral algarvia, que reside a principal importância da sua obra e, por consequência, a sobrevivência do seu nome e da sua memória para além dos séculos.

7. As primeiras obras – compilações do espírito e da alma algarvia.

O primeiro livro que deu à estampa surgiu em 1897, com a pueril designação de *Contos Infantis*, editado em Faro e curiosamente destinado à educação das meninas, cuja mensagem global era para o tempo pedagogicamente importante, mas que hoje nos parece de uma ingenuidade bacoca, quase inaceitável.

Nesse mesmo ano editou em Tavira uns novos *Contos Infantis*, mas desta vez destinados aos meninos, e que enfermam dum certo machismo complacente e varonil, muito apropriado à época. São pequenas “estórias” de fácil digestão psíquica, mas de grande frivolidade, com visível inspiração religiosa, cuja mensagem pedagógica era, do ponto de vista sociocultural, algo reaccionária e estava, já nessa altura, muito desactualizada. Numa recente releitura destes dois livrinhos fiquei com a sensação de que as crianças de hoje pouca piada achariam àquelas historietas, pois que se referem a uma mentalidade demasiado inocente e excessivamente crédula, com certos laivos de artilosidade saloia que pretendiam ter graça ou tornarem-se engraçados ao leitor, mas que hoje ficariam muito aquém dos objectivos pretendidos. As “estórias” de fadas com as suas varinhas de condão, os encantamentos e as insondáveis artes mágicas dos agarenos, não teriam, nos tempos que correm, o mesmo sucesso que tiveram para as nossas avoengas gerações.

Curiosamente, estes dois livros dos *Contos Infantis* esgotaram-se na época com relativa facilidade, talvez devido ao escasso número de exemplares editados. Por isso, são hoje considerados muito raros, e só excepcionalmente figuram nos catálogos dos leilões de alguma livraria pertencente a um notável bibliófilo. Por conseguinte, talvez se justificasse a sua reedição, à imagem do que, aliás, aconteceu com todas as monografias da sua autoria. Mesmo correndo o risco do seu conteúdo literário não ser pedagógica e culturalmente o mais indicado para as crianças de hoje, julgo que pelo menos como espécime bibliográfico de muita raridade na obra de Ataíde Oliveira, e até como fonte de estudo sócio-cultural, justificaria a sua reedição.

A obra seguinte, *As Mouras Encantadas e os Encantamentos do Algarve*, editada em Tavira em 1898, foi muito elogiada pela crítica e obteve grande aceitação no seio do público algarvio. É, ainda hoje, uma das mais importantes fontes de estudo do imaginário algarvio. Nela constam quarenta e quatro “estórias”, muito curiosas e ilustrativas do genuíno lendário regional, naturalmente de inspiração luso-árabe, mas raramente xenófobas, e de fortes influências românticas. Constatamos, na leitura dessas lendas, que Ataíde Oliveira lhes infiltrou um cunho pessoal, burilou-as, digamos assim, dando-lhes um semblante literário através da reconstituição coloquial diegética, à mistura, porém, com algumas afirmações de duvidosa veracidade.

Curiosa é também a subtileza da mensagem contida nesse legendário, revelando sobretudo as particularidades de carácter religioso e sociocultural das tribos muçulmanas que ocuparam e colonizaram o Algarve desde o século VIII até ao século XIII. Na verdade, essas lendas contêm uma mensagem subliminar, denunciadora da argúcia, do misticismo, da artilosidade, da ambiguidade, da delicadeza artística e, sobretudo, do espírito enigmático e alquímico que envolve o acto do encantamento. Note-se que o encantamento aparece geralmente associado às donzelas agarenas, e por vezes com um duplo significado, ou seja, se nuns casos surge como uma condenação ou um castigo, noutros surge como um último recurso e até mesmo como uma possível salvação contra a sua previsível submissão aos conquistadores cristãos, que certamente as reduziriam à escravatura e, pior do que isso, as sujeitariam a uma nova religião. O encantamento era uma espécie de passagem para outra dimensão, ficando a vítima a aguardar o momento propício para regressarem à vida e às suas origens naturais.

Os encantados eram geralmente jovens mouras, cujos corpos se tornavam invisíveis por estarem fundidos em algo que fosse transmissor de vida, geralmente uma fonte de água. O exemplo mais lapidar é o da lenda da moura Cássima, de Loulé, e das suas irmãs Lídia e Zara, que ficaram encantadas numa nascente, que ainda conserva o seu nome, cujo aparecimento

ocorria na noite de S. João, por ser talvez uma festa comum aos dois credos. Mais elaborada do ponto de vista histórico, e até literariamente muito melhor concebida, é a lenda da moura Fátima, de Tavira, que ficou encantada nas águas frescas, puras e cristalinas do “Poço de Vaz Varela”, situado numa das saídas da cidade junto à cerca do convento do Carmo. São duas lendas de grande riqueza humana e de profundo sentimentalismo paternal, merecendo ambas uma leitura atenta e conscienciosa.

A riqueza temática desta obra tem sido objecto de inspiração artística, tanto para os poetas algarvios, como também para os compositores, escultores e pintores. Como flagrante exemplo apontaremos a obra plástica do pintor Carlos Porfírio, cujas telas inspiradas nas lendas das mouras encantadas se encontram numa galeria de exposição permanente no Museu Arqueológico e Lapidar do Infante D. Henrique, em Faro. Por outro lado, o lendário algarvio tem sido alvo de apreciação científica, nomeadamente em teses de índole académica, o que é sempre importante de registar.

Daí para a frente Ataíde Oliveira editou quase todos os anos um novo livro. *Os Contos Tradicionais do Algarve*, 1.º vol. em 1900; a *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar*, em 1902; o *Romanceiro e Cancioneiro do Algarve - Lição de Loulé*, em 1905; o 2.º vol. dos *Contos Tradicionais do Algarve*, em 1905.

Acerca dos dois volumes dos *Contos Tradicionais do Algarve* convém dizer que esta obra seguiu os modelos já anteriormente experimentados e demonstrados por outros autores, que assinaram obras de referência no domínio da Novelística, ramo científico da Etnografia, que estuda precisamente a importância dos contos populares na caracterização da psicologia dos povos, a sua influência na transmissão dos factos e dos heróis da História. A origem, a génese e a propagação dos contos populares constituiu um importante contributo para o desenvolvimento da antropologia cultural. Já agora, convém dizer também que esses contos repartem-se por vários géneros, podendo ser classificados como:

contos de fadas ou de encantos, quando envolvem o “maravilhoso” e possuem elementos míticos; contos-fábulas, quando visam atingir objectivos morais através da intercessão ou personificação de animais na construção activa da estória; os contos morais, logicamente propendem para a valorização ética dos jovens, e apenas diferem das fábulas pelo facto de não usarem os animais como personagens, sendo também considerados como verdadeiros contos de tese por terem melhor timbre literário, isto é, quando a sua origem, apesar de popular, pertencer ao talento de um escritor consagrado, como acontece, por exemplo, com *Os Amorzinhos* de Trindade Coelho ou com alguns dos contos publicados por Eça de Queirós; os contos anedóticos são aqueles em que se evidencia o sentido hilariante e satírico do povo, ridicularizando os poderosos, os ricos, os burgueses e até os padres; existem também os contos religiosos, que são mais raros, pertencendo geralmente ao domínio da catequização cristã, havendo, porém, alguns que tendo os padres ou frades como personagens principais integram-se mais no género anterior.

Esta obra de Ataíde Oliveira segue na esteira dos *Contos e Lendas*, publicados em 1873 por Rebelo da Silva, que tiveram seguimento modelar e paradigmático nos *Contos Populares Portugueses*, compilados em 1879 por Adolfo Coelho, e nos seus *Contos Nacionais para Crianças*, editados em 1882. Foi, porém, Teófilo Braga quem primeiro teorizou o domínio científico da novelística, cabendo-lhe também a primazia na formalização dos modelos, nas explicações psicológicas, no estabelecimento de comparações sociológicas e na indicação das estratégias mais apropriadas à recolha desse manancial de genuína cultura que é a nossa literatura oral. Algumas das suas primeiras teorias vieram a público, em 1885, a sua obra *O Povo Português*. Mais tarde, em 1910, publicaria os *Contos Tradicionais do Povo Português*, considerada como a obra-mestra daquele género literário. Nesse mesmo ano, Consiglieri Pedroso daria à estampa os *Contos Populares Portugueses*, que juntamente com as obras de Ataíde Oliveira e de Teófilo Braga, completam o quadro principal da nossa novelística popular.

Importa aqui acrescentar que esta sua fase de compilador da etnopsicologia algarvia ficou a dever-se a um exortação emanada pelo Doutor Teófilo Braga, que numa missiva de agradecimento pela oferta dos seus dois volumes de *Os Contos Infantis*, lhe chamava a atenção para a necessidade de compilar os contos tradicionais do Algarve. É o próprio Ataíde Oliveira quem na *Monografia de Estombar*, ao saudar a implantação da República, recorda a amizade do velho mestre e confirma o seu incentivo para a recolha etnográfica nos seguintes termos: “foi o dr. Teophilo Braga, nosso velho amigo de mais de 40 anos, quem primeiro nos insinuou a ideia de escrever os *Contos Tradicionais do Algarve*, as *Mouras Encantadas*, o *Cancioneiro* e *Romanceiro*, dando-nos conselhos e subministrando-nos lições, que imprimiram aos livros o seu único valor”.

Sobre a obra *Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar*, publicada em 1902, importa frisar que a ideia de a escrever partiu de seu irmão, João Xavier de Ataíde Oliveira, falecido pouco antes, a 31-10-1901, à memória do qual, aliás, consagra o próprio livro. Quando procurei conhecer esta obra esbarrei com imensas dificuldades, por não existirem exemplares nas bibliotecas públicas e ser a mesma quase ignorada no contexto da bibliografia do seu autor. Passava-se, aliás, o mesmo com um outro livro da sua autoria intitulado *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*, publicado em 1908, com o qual pretendia continuar a obra que, com o mesmo título, publicara o corógrafo João Baptista da Silva Lopes, em 1848, por ordem da Academia das Ciências de Lisboa. Nessa altura, andava eu às voltas com a actualização da decantada *Algarviana*, que tanto trabalho me deu, ingloriamente.

Procurei obter melhores informações junto do saudoso cónego José Cabrita – um dos mais cultos e mais esclarecidos clérigos da diocese algarvia - em cuja biblioteca particular pude encontrar muitas obras raras e colher diversas informações histórico-culturais sobre o Algarve. Fiquei então a saber que numa arrecadação do Seminário de Faro existiam umas caixas cheias de livros da autoria do padre Ataíde Oliveira, sobre as quais os seminaristas costumavam engraxar os sapatos! Essas caixas continham dezenas de exemplares das referidas obras. O ilustre Cónego Cabrita, confidenciou-

mo desalentadamente e com sincero desgosto, por ter sido testemunha do pouco apreço a que aqueles livros foram votados durante décadas, havendo até uma surda consciência de que eram obras proscritas pela própria diocese.

Pedi-lhe então que me arranjasse um exemplar de cada, o que consegui passados alguns dias. Guardo-os religiosamente, em memória daquele saudoso amigo, a quem, diga-se de passagem a cidade de Olhão, sua terra natal, não prestou ainda a devida homenagem. Acerca do livro em si, resta-me acrescentar que a biografia do bispo-santo (epíteto com que D. Francisco Gomes do Avelar era popularmente reconhecido), é uma obra de referência para quem deseje estudar o papel desenvolvido por aquele prelado no conturbado período da reconstrução dos templos da diocese após o terramoto de 1755, assim como do agitado clima político-militar que se viveu no Algarve durante a primeira invasão francesa, no desenrolar do qual chegou a ser nomeado Governador das Armas do Reino do Algarve – o que parece um absurdo visto tratar-se de um eclesiástico. No livro transcrevem-se várias cartas de grande importância histórica assinadas pelo prelado, assim como se fazem esclarecidas críticas acerca das suas Pastorais e dos seus Sermões. Nele se incluiu também a transcrição dos instrutivos e utilíssimos opúsculos que publicou com a designação de *Instrucções para a enxertia dos Zambujeiros*, e *Instrucções que deverão observar os inspectores da reparação das estradas*. Foi pena Ataíde Oliveira não ter encontrado o raríssimo opúsculo intitulado *Instrucções acerca da cultura das batatas*, publicado em 1800 pelo bispo-santo, com o salutar intuito de introduzir o consumo da batata nos hábitos alimentares dos algarvios.

Esta Biografia de D. Francisco Gomes do Avelar, embora de grande interesse e proveito para o conhecimento da vida do prelado e da sua época, contém algumas afirmações que, segundo se dizia na época, não agradaram ao bispo D. António Mendes Bello. Depois de analisada por alguns presbíteros de reconhecida probidade, foi esta obra considerada muito insegura na crítica histórica, na doutrina religiosa e no método analítico, recorrendo a lendas e ditos populares pouco

consistentes e até mesmo inverosímeis. Dizem que o prelado da diocese, futuro Patriarca de Lisboa, considerou este livro como "indigesto". Talvez por isso tenha ficado resguardado dos olhos indiscretos numas lúgubres caixas de madeira a apodrecer no Seminário de Faro.

Quanto ao *Romanceiro e Cancioneiro do Algarve*, subtítulo *Lição de Loulé*, por ser naquele concelho que fora recolhido, pouco há que dizer para além do que o próprio título subentende. No fundo, trata-se de uma compilação de algumas lendas, de "estórias" fantasiosas, de orações, ladainhas e profecias, nascidas da ingénua credulidade popular, que as velhas camponesas entoavam em verso, numa melopeia triste e cadenciada, junto à lareira nas noites frias de Inverno, para que os seus jovens descendentes aprendessem certas lições de vida. Por isso é que na capa dessa obra, o próprio Ataíde Oliveira encimou a designação de «Contos Tradicionais do Algarve em verso», o que é absolutamente correcto.

A proficuidade desta obra é insofismável, sobretudo para os que se interessam por estas matérias e delas sabem extrair utilidade e proveito científico. O próprio Ataíde Oliveira não se sentia com capacidade para analisar as vantagens e conveniências das recolhas que com tanto cuidado e esmero soubera carrear para esta obra. Por isso afirmava, no preâmbulo da mesma, que "o meu trabalho limita-se simplesmente ao de mero collector" considerando-se um "aprendiz que reúne os materiaes de que os mestres se servem na construção dos seus monumentos".

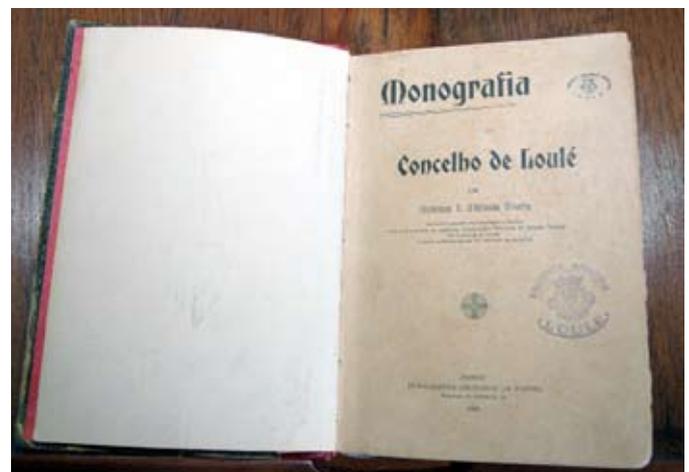
Para além dos cuidados executados na recolha do material poético, teve também a preocupação de acrescentar à sua recolha os romances que lhe foram enviados pelo seu colega, capelão em Lagos, José Joaquim Nunes, eminente filólogo que depois de passar ao estado laical foi professor catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa e, por fim, foi este portimonense considerado no seu tempo como um verdadeiro sábio. Também para esta obra carrou os romances que lhe foram enviados pelo Dr. Teófilo Braga, assim como os que foram publicados pelo insigne jornalista algarvio Reis Dâmaso na *Enciclopédia Republicana*, sopesados

e acrescentados também com os que foram coligidos por Estácio da Veiga numa obra homónima publicada em 1870.

8. As Monografias do Algarve.

A fase seguinte é a de monografista, iniciada em 1905 - o melhor ano da sua lavra, com quatro livros editados - dando primazia à *Monografia de Loulé* a que se seguiu, ainda em 1905, a *Monografia do Algoz*, dedicada à sua mãe Francisca Xavier de Ataíde Oliveira. No ano seguinte veio a público a *Monografia de Olhão*, a que se seguiu em 1907 a *Monografia de Alvor*. Em 1908 publica mais dois livros, a *Monografia de Vila Real de Santo António* e as *Memórias Eclesiásticas do Bispado do Algarve*, cuja venda revertia a favor de um prémio pecuniário para o melhor aluno do Algarve e para o melhor aluno natural de Algoz que frequentassem o seminário de S. José de Faro. Em 1909 publica a *Monografia de São Bartolomeu de Messines* e no ano seguinte, saudando a implantação da República veio a público a *Monografia de Paderne*. No ano seguinte publica-se a *Monografia de Estombar*, na qual desvela o mito do herói popular e guerrilheiro miguelista conhecido por Remechido. Seguem-se em 1913 mais duas obras, a *Monografia de Porches* e a *Monografia da Luz de Tavira*, encerrando-se no ano imediato a sua lista de obras com a *Monografia de Estoi*.

Acerca deste valioso conjunto de Monografias pouco haverá para dizer, a não ser que foram importantíssimas



na época para o conhecimento de algumas das principais vilas e aldeias do Algarve, sendo hoje apenas espécimes de grande valor bibliófilo, pois que encontrando-se absolutamente desactualizadas perderam os seu interesse científico.

Para a elaboração das monografias construiu o seu próprio figurino, que em todas conservou inalterável, ainda que nas de Loulé e de Olhão fosse um pouco mais avante, até pelo facto de serem ambas relativas a prósperas sedes de concelho, o que lhe permitiu obter informações mais abundantes que enriqueceram e credibilizaram essas obras, a ponto de ainda hoje serem uma incontornável referência.

O figurino adoptado reparte-se pelos seguintes parâmetros: Tempos Pré-históricos; "Tempos Proto-históricos" (fenícios, gregos, celtas, africanos); "Povos históricos" (romanos, godos, árabes ou mouros); "Domínio Português" (desde 1242 até 1912); "Freguesia de"... (origem e explicação do topónimo, carta de foral) "Situação e Território" (clima, fauna e flora, população, hidrografia e hidrologia, agricultura, instrução primária, comércio e indústria, higiene, emigração); "Actualidades", isto é, instituições, organismos, profissões importantes, famílias distintas ou heróis locais, e actividades económicas da sede do concelho ou da freguesia monografada (igreja matriz, ermidas, párcos, cemitério, confrarias e associações, misericórdia, junta de paróquia, registo paroquial, romarias e festas, autoridades, estação postal e de caminho de ferro, ruas e praças, mercado, médicos, maiores contribuintes, beneméritos locais); "Curiosidades várias"; "Sítios da Freguesia de"... (referências às ermidas, fontes, torres, portos, praias e salinas, quintas, montes, várzeas e vales, hortas, noras, moinhos, pontes, cavernas e grutas, etc); "Costumes, Lendas e Superstições"; "Famílias Nobres ou Ilustres"; "Lutas Liberais" ou "Mártires da Liberdade". Com mais ou menos acrescentos, são estes os pontos fulcrais das suas monografias. Curioso é também o facto de todas se apresentarem dedicadas a uma figura relevante na localidade monografada, publicando-lhe o retrato e às vezes até as fotografias dos seus descendentes, tornando-se evidente que se tratavam de mecenas que custeavam as despesas da edição.

A maioria das informações contidas nas suas monografias obteve-as através do auxílio solicitado aos párcos locais, aos notários e às personalidades que lhe eram apontadas como as mais esclarecidas e eruditas, tendo geralmente o cuidado de identificar as pessoas que mais e melhor o auxiliaram na feitura dessa monografia. Em vários casos um nome salta à vista, o de seu primo e amigo António Júdice de Magalhães Barros, um misto de secretário e de enviado especial, cujo esforço foi indispensável para a obtenção de informações credíveis, sobretudo na pesquisa de documentos na Torre do Tombo e de manuscritos na Biblioteca Nacional de Lisboa. O próprio Ataíde Oliveira reconhece-o como seu principal e insubstituível coadjutor, agradecendo-lhe, nos preâmbulos das suas monografias, todos os auxílios prestados. A título de exemplo, respigamos da *Monografia de Estombar* a seguinte afirmação: "Devo aqui consignar o nome de um cavalheiro que sempre me tem auxiliado em todos os meus trabalhos literários – o Snr. António Júdice de Magalhães Barros, que tem sido incansável em subministrar-me informações e apontamentos muito curiosos".

Para além de Magalhães Barros, também lhe prestaram frutíferas informações e imprescindível auxílio outras pessoas de sólida ilustração, como por exemplo Eduardo Rafael Pinto, Dr. Diogo Mascarenhas Neto (para a monografia de Loulé); António do Nascimento Teixeira (monografia da Luz de Tavira); Aníbal Marreiros Mascarenhas Neto, João Mateus Cabrita e José Joaquim Cândido (monografia de Algoz); padres Jorge da Circuncisão Leiria e André Lopes Terramoto (monografia de V.R. de St.º António); José da Piedade Coelho (monografia de Estoi), etc., etc...

As obras em que mais e melhor bebeu a informação histórica, e que o auxiliaram na consolidação das suas afirmações, nas suas comparações e até nas suas especulações científicas, foram, para a secção de arqueologia e pré-história, os quatro volumes das *Antiguidades Monumentais do Algarve*, *Os Povos Balsenses*, *A Tábula de Bronze de Aljustrel* e *Memórias das Antiguidades de Mértola*, todas da autoria de Estácio da Veiga; as *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve*, de Frei Vicente Salgado; o manuscrito da *Corografia do Reino do Algarve* por Frei João



Busto - Sito no Largo de S. Francisco / Loulé

de S. José; o *Dicionário Geográfico*, do Padre Luiz Cardoso; a *Memória do Reino do Algarve*, de Charles Bonnet; as *Histórias de Portugal* de Mr. De La Clede, de Alexandre Herculano e de Pinheiro Chagas; as *Religiões da Lusitânia*, de José Leite de Vasconcelos; a *Corografia do Reino do Algarve* e as *Memórias Eclesiásticas do Algarve*, ambas de João Baptista da Silva Lopes; o *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal; a *Monografia de Portimão*, de José Gonçalves Vieira; a *Monografia de Lagos*, de Manoel João Paulo Rocha; as *Famílias Nobres do Algarve*, do Visconde de Sanches Baena, a *Geografia e Estatística Geral de Portugal*, de Gerardo Perry, etc...

Apesar do seu valioso e meritório esforço de monografista do Algarve, acresce dizer que foram os seus primeiros livros de carácter etnográfico que atraíram a atenção dos meios académicos, a ponto de lhe valerem a entrada, em 1902, para o credenciado Instituto de Coimbra, facto que por certo muito contribuiu para a sua eleição, em 1911, para sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Provavelmente terão sido essas nomeações que mais e melhor concorreram para o prestígio de Ataíde Oliveira e da sua numerosa obra. Por consonância e arrastamento também é verdade que foi através da sua obra que se divulgou e dignificou o nome do Algarve.

Francisco Xavier de Ataíde Oliveira faleceu em Loulé, com setenta e dois anos, no dia 20 de Novembro de 1915. A vila de Loulé ficou-lhe eternamente grata,

consagrando-lhe uma artéria do burgo em 10 de Maio do ano seguinte. Mais tarde o Dr. Mário Lyster Franco, quiçá o mais genuíno e abrangente estudioso da cultura algarvia, sugeriu nas colunas do conceituado vespertino lisboeta «Diário de Notícias», que o município louletano lhe prestasse uma homenagem pública, que culminaria em 10-8-1930 com o descerramento de um busto da autoria de Raul Xavier, oferecido pela Casa do Algarve. Importa acrescentar que a encomenda deste busto partiu da iniciativa do major Mateus Moreno, numa altura em que dirigia e editava em Lisboa a revista «Alma Nova», uma espécie de embaixada do Algarve na capital, em cuja redacção se reuniam os mais distintos algarvios da época. Durante a vigência dessa brilhante revista pensou-se construir uma galeria de algarvios ilustres, para a qual se encomendaram ao escultor Raul Xavier alguns bustos. Ora, após a dissolução dessa prestigiada revista, foram os seus bens arrolados por Humberto Pacheco e distribuídos pelos municípios algarvios, decidindo-se entregar o busto de Ataíde Oliveira à Câmara de Faro, numa altura em que pela vereação pugnava a figura do Dr. Mário Lyster Franco, razão pela qual alvitrou de imediato que o mesmo fosse implantado numa praça de Loulé como pública homenagem ao maior divulgador da história regional algarvia. O então presidente da edilidade louletana, Manuel Mexia de Matos, acatou a sua sugestão, levando-a a efeito com toda a solenidade possível, convidando o próprio Dr. Mário Lyster Franco para pronunciar o discurso laudatório do homenageado.

De então para cá a melhor e a mais significativa reverência prestada à sua memória foi, certamente, a reedição das suas monografias, para as quais sempre se pensou que conviria fazer uma edição crítica e actualizada, que as esbulhasse dos disparates que enxameiam muitas das suas páginas. Não se trata de uma apreciação depreciativa, mas tão só de uma constatação material, ao fim e ao cabo justificável pelo facto de Ataíde Oliveira não ter sido propriamente um historiador, mas antes um curioso coleccionador das antigualhas locais, principalmente um zeloso compilador do legendário regional e das tradições etnopsicológicas em que se fundamentava o portentoso imaginário algarvio.